

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SINDICAL NO BRASIL¹

Fausto Augusto Junior²

A ideia de uma educação para os trabalhadores, realizada pelos próprios trabalhadores, está presente desde os movimentos anarquistas do início do século XX e atravessa toda a história da luta dos trabalhadores contra a exploração e por melhores condições de trabalho e vida no Brasil.

É possível falar de educação para o trabalho no período escravocrata – nas fazendas, entre os próprios escravos; nos quilombos, entre os negros fugidos; e, nas cidades, entre os trabalhadores livres, que ensinavam e aprendiam suas profissões no próprio trabalho – mas foi com a introdução do trabalho assalariado, como forma de produção hegemônica, que os projetos de educação para trabalhadores começaram a se organizar em nosso país.

Num primeiro momento, no fim do século XIX e início do século XX, a educação, realizada sob responsabilidade das corporações de ofício, integrava a educação profissional e a educação política e, por conta disso, foi objeto de disputa entre sindicatos e patrões durante toda a república velha.³

É somente a partir da década de 1930, com o estabelecimento das políticas educacionais, que se iniciou o processo de separação entre a preparação para as letras e o trabalho da educação política, e esta última ficou sob a responsabilidade dos sindicatos. Pode-se dizer que é deste processo que surge a educação sindical.

Os anarcossindicalistas e a educação integral

Nas duas primeiras décadas do século XX, o ideário liberal influenciou decisivamente o surgimento de uma política educacional e induziu ações estatais de educação nas primeiras letras para a população em geral, o que vai se materializar no manifesto dos pioneiros de 1932 e em todas as diferentes políticas implementadas a partir de então. Como contraposição, destacou-se, nesse período, a proposta libertária de uma educação dos trabalhadores pelos trabalhadores, concebida pelos grupos anarcossindicalistas, que guardavam

1 Este texto tem como referência minha tese de doutoramento junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo intitulada *Entre a prática e a teoria: uma investigação sobre a Escola de Ciências do Trabalho do DIEESE na construção de uma educação superior da classe trabalhadora*, defendida em 2021.

2 Doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e Presidente do Conselho Nacional do SESI.

3 Ver: SILVA, F. T. **Operários sem patrões**: Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

os ideais das corporações de ofício.

O ideário anarquista aportou em terras brasileiras a partir, principalmente, da Itália, em conjunto com a imensa leva de trabalhadores europeus que substituiu os escravos negros nas fazendas de café, após a abolição. Com o rápido avanço do trabalho assalariado, que se espalhou por todo o tecido produtivo, este ideário chegou às recentes indústrias e às principais cidades brasileiras.

A proposta anarquista de educação libertária era abrangente e apresentava ações para a formação dos trabalhadores em três dimensões educacionais diferentes, mas complementares, que Manfredi⁴ denominou de político-sindical, político-escolar e prática cultural. Era preciso formar os trabalhadores politicamente para a transformação revolucionária; formar os futuros trabalhadores para a constituição de um novo homem, que fosse capaz de construir um novo mundo sem oprimidos e opressores; e formar toda a sociedade para a transformação.

A educação político-sindical se efetivava por meio de conferências, debates e estudos coletivos, que eram realizados nos sindicatos e nos centros de estudo, e ganhavam sentido na luta dos militantes com a divulgação cotidiana dos ideais libertários, com os protestos e com as greves organizadas pelos sindicatos.

A experiência anarquista escolar se efetivou na criação das *escolas modernas*, orientadas pelas ideias do pedagogo Francisco Ferrer. Conhecida como pedagogia racional, tinha como fundamento as ciências modernas e propunha uma educação por meio da qual cada estudante deveria aprender a raciocinar por si mesmo, a conhecer o mundo e a emitir seus próprios juízos de valor, sem seguir nenhum mestre.⁵ Três experiências ficaram conhecidas neste período: a Escola Libertária Germinal, que funcionou no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, entre 1902 e 1904; a Escola Moderna do Belenzinho, em atividade entre 1912 e 1919; e a Universidade Popular do Rio de Janeiro, com atuação em 1904.⁶

As práticas culturais, destinadas ao conjunto da população, se realizavam por meio de apresentação teatrais; festivais de música e poesia; encontros culturais e recreativos, organizados nos bairros operários. Era o momento de envolver toda a família do trabalhador e promover as relações comunitárias para além da fábrica e, assim, levar o ideário libertário para o seio da comuni-

4 MANFREDI, S. M. **Formação sindical** – História de uma prática cultural no Brasil. São Paulo: Escrituras, 1996.

5 GALLO, S. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. Pro-Posições, Campinas, v. 24, n. 2, maio/agosto 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072013000200015>>. Acesso em: 02/06/2018.

6 A ideia das universidades populares vem da Europa, onde estavam em funcionamento desde meados do século XIX, e nelas ocorreram as primeiras experiências extensionistas. A Universidade Popular do Rio de Janeiro não foi uma iniciativa exclusiva dos anarquistas, envolveu, também, intelectuais socialistas. A relação que possui com as escolas modernas está marcada por sua opção pelo ensino superior positivo, científico e filosófico, oferecido aos trabalhadores e, também, pela proposta de ser um centro de atividades culturais e artísticas para a sociedade em geral. C. f. MANFREDI, 1996.

dade, que se localizava no entorno das principais fábricas da época.

É possível identificar esse momento como um período quando a educação sindical compunha uma proposta integral de educação do trabalhador, em todas as suas dimensões, não separava a educação do trabalho, da vida e da política e tinha a ambição de abarcar a criança, o jovem e o adulto.

Os comunistas e a educação de quadros

Em 1922, funda-se o Partido Comunista do Brasil (PCB) que, muito embora tenha passado a maior parte dos diferentes períodos da nossa história na ilegalidade, mantém forte influência sobre as organizações dos trabalhadores, pois subordina os sindicatos à estrutura centralizada do partido, que, por sua vez, possui estratégia definida pela III Internacional e, conseqüentemente, pelo Partido Comunista Soviético.

A subordinação do PCB à III Internacional significou alianças com diversas correntes políticas, em diferentes períodos de nossa história, com o intuito de viabilizar e consolidar a revolução democrático-burguesa como uma etapa necessária à revolução socialista. Com isso, houve a participação dos comunistas no processo de legalização dos sindicatos na primeira metade da década de 1930, com vistas a participar da Assembleia Nacional Constituinte de 1934⁷; da criação da Ação Nacional Libertadora (ANL), em 1935⁸; e, do Queremismo, em 1945⁹.

Nos embates sobre educação, os comunistas, nas décadas de 1920 e 1930, defendiam a ajuda econômica às crianças pobres (material didático, roupa, alimentação e transporte); as escolas profissionais, em continuidade às escolas primárias; a pauta sindical do magistério primário; e as bibliotecas populares.¹⁰ Nos períodos seguintes, aproximaram-se do ideário escolanovista e articularam-se com outras forças progressistas, em torno da posição liberal, em contraposição aos católicos.¹¹

Para o partido e, conseqüentemente, para o movimento sindical sob influência do PCB, sua tarefa frente à educação era a formação de quadros.

O objetivo da formação de quadros era a preparação de grande conjunto de militantes para exercer a função de dirigente revolucionário, com capacidade de liderar, em diferentes locais da organização, a grande massa de trabalhadores na direção de um governo do proletariado.

Com conteúdo marcadamente programático, definido pelo Comitê

7 MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 15.

8 FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 359.

9 Ibidem, p. 385.

10 SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 183.

11 Ibidem.

Central, as formações eram divididas em níveis relacionados à hierarquia dentro da organização. O propósito dessas formações era a transmissão de uma visão de mundo e da história, assim como da hierarquia e da disciplina, necessárias à tarefa revolucionária.

Manfredi¹² destaca a década de 1950 como o período de maior atividade desse tipo de educação no seio das lideranças dos trabalhadores. Com o Manifesto de Agosto¹³, a necessidade de buscar maior homogeneidade ideológica entre os militantes do partido colocou a educação como uma tarefa fundamental do Comitê Central, o que se realizou por meio de escolas clandestinas, que funcionavam em casas sem nenhuma identificação.

Os cursos eram realizados em sistema de internato, com duração variável de acordo com os objetivos de formação, eram compostos por uma conferência na primeira parte do dia, leitura de materiais indicados na parte da tarde e avaliação oral do professor no período da noite. Além disso, grupos de estudo de textos específicos, normalmente manuais e textos de intelectuais comunistas, compunham o processo de formação.

As escolas de formação de quadros comunistas são importantes para compreender o desenvolvimento da educação sindical brasileira, pois formaram contingentes significativos de dirigentes sindicais que, depois, por dentro dos sindicatos, replicaram seu formato e influenciaram seguidas gerações de sindicalistas.

Além disso, a escolha da formação política para quadros, em detrimento de uma educação abrangente para a base dos trabalhadores, vai marcar, até os dias de hoje, as escolhas pedagógicas, metodológicas e de conteúdo da educação sindical.

Os legalistas e a formação para a burocracia

Embora os comunistas, em diversos momentos da história do sindicalismo brasileiro, tenham se destacado, nunca foram hegemônicos na educação sindical. Mesmo o ideário da esquerda, que incluía comunistas, socialistas e anarquistas, dividiu seu espaço no movimento operário com os dirigentes vinculados à estrutura estatal.

Ministeriáveis, corporativos, legalistas e amarelos são algumas das denominações que esses dirigentes, atrelados à estrutura sindical oficial, receberam para que fossem identificados como parte de um movimento sindical, criado a partir das políticas trabalhistas de Getúlio Vargas e do pacto conserva-

12 MANFREDI, S. M. **Formação sindical** – História de uma prática cultural no Brasil. São Paulo: Escrituras, 1996. p. 50-53.

13 O “Manifesto de Agosto de 1950”, assinado por Prestes, foi um compromisso dos comunistas brasileiros com a revolução; substituiu a estratégia de *coexistência pacífica*, defendida no manifesto de 1943, pela aberta luta de classes, que anuncia a disposição do PCB de recorrer às armas para derrubar governos de *traição nacional*. Disponível em: <<http://m.memorialdademocracia.com.br/card/pcb-defende-insurreicao-armada>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

dor realizado pelo Estado Novo, que tinha sua base de sustentação na harmonia de classe.

Como afirma Martins, “a partir da década de 1930, o Estado, progressivamente, foi definindo para o sindicato o papel de órgão colaborador do desenvolvimento econômico do país”¹⁴.

Nesse período, mais especificamente entre 1943 e 1945, cunhou-se um modelo de educação sindical voltado para essa parcela do movimento operário, cujo foco foi a formação dos dirigentes e dos trabalhadores por parte do Estado.

Com a intenção de propagar os valores e os deveres do modelo corporativo em contraposição aos comunistas, o Ministério do Trabalho realizava cursos de orientação sindical para a formação dos dirigentes. O foco desses cursos estava nos aspectos administrativos vinculados à vida do sindicato como parte da estrutura sindical. “Como dirigir um Sindicato”, “Organização Administrativa de um Sindicato”, “O Imposto Sindical”, “Os Serviços de Assistência Jurídica dos Sindicatos”, “O Papel dos Sindicatos para a Recreação dos Trabalhadores” entre outros, são cursos que foram realizados no período.¹⁵

Além dos cursos voltados para os dirigentes sindicais, o Ministério do Trabalho buscava se comunicar e influenciar diretamente o trabalhador e sua família por meio de palestras em programa de rádio, em cadeia nacional, que tratavam dos direitos dos trabalhadores, da conjuntura política nacional e internacional.

Essa forma de educação sindical, cujo centro da preocupação estava em preparar o dirigente sindical para exercer a função de administrador de um aparelho estatal, é a outra face da formação de quadros, em oposição à formação da base. Para o conjunto dos trabalhadores, o governo destinava a propaganda; e, para o dirigente, a formação para o exercício do papel destinado a ele na organização social.

Embora essa prática esteja associada historicamente ao Estado Novo, ela não se limitou ao governo Vargas. De diferentes formas e em intensidades variadas, o Estado, desde então, atua ativamente na formação de dirigentes sindicais até os dias de hoje. Assim foi durante o período democrático de 1946-1964, na ditadura militar e no atual período democrático sob diversos comandos políticos. Seja por meio da organização de cursos oferecidos diretamente, por convênios estatais com entidades sindicais ou através de financiamento a entidades do terceiro setor, o Estado brasileiro tem influenciado a educação sindical, com vistas a formar dirigentes vinculados à burocracia estatal do Ministério do Trabalho.

14 MARTINS, H. H. T. S. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 70.

15 MANFREDI, S. M. Op. cit., 1996. p. 35.

O Estado não foi o único a exercer influência na educação sindical em contraposição às tendências de esquerda. Também buscaram interferir nesse processo setores ligados à burguesia multinacional, cuja participação se deu por meio do apoio de instituições como: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).¹⁶

O IPES, fundado em 1961 por empresários e intelectuais como instituto apartidário de visão liberal, propunha realizar estudos e desenvolver propostas políticas e econômicas para apoiar governos no desenvolvimento do país. Como forma de difundir suas ideias, apoiava a publicação de livros, peças e filmes. Assim, tentava influenciar setores da sociedade, como a Igreja, os militares e os sindicatos.

Já o IBAD, criado em 1959, tinha como objetivos explícitos o combate ao comunismo e a influência nas eleições do parlamento, por meio de apoio às campanhas dos que compartilhavam as suas concepções.

Junto ao movimento sindical, o IPES e o IBAD apoiaram o surgimento e o crescimento de sindicatos de trabalhadores com orientação ideológica liberal; além disso, por meio dos Círculos Operários do Rio de Janeiro e de São Paulo, buscaram influenciar, via apoio financeiro, principalmente os sindicatos vinculados à estrutura oficial.

Com clara atuação ideológica, o IPES e o IBAD influenciaram a educação sindical dos dirigentes, com interferência tanto nos cursos oficiais do Ministério do Trabalho, quanto nos cursos independentes; introduziram, no conteúdo dos cursos, as convicções democráticas e cristãs, associadas à teoria econômica liberal, tais como a defesa da empresa privada como grande geradora de empregos e a livre iniciativa como a melhor opção para os trabalhadores.¹⁷

As formações independentes do Estado se organizaram por meio do Movimento Sindical Democrático (MSD)¹⁸, que realizava conferências e cursos de orientação sindical, e mantinha, inclusive, um sítio-escola. O MSD teve apoio da ORIT, criada em 1952 como um braço sindical da política anticomunista dos EUA para a América Latina. A ORIT tinha como objetivo promover o sindicalismo democrático, nos moldes americanos da AFL-CIO, sua principal

16 A participação do BID na vida sindical se deu a partir do financiamento de programas de educação sindical voltados à promoção da negociação coletiva, como princípio de resolução de conflitos. Esse processo teve início a partir do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade nos anos de 1990.

17 Sobre IPES e IBAD ver: OLIVEIRA, C. F. IPES e IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, UFGD, v. 2, n. 3, jan.-jun. 2008.

18 MSD foi uma organização de trabalhadores, de orientação anticomunista, constituída durante o 1º Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático, realizado em São Paulo em fins de julho de 1961. Desapareceu após o golpe político-militar de 31 de março de 1964. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-sindical-democratico>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

organização.

É por meio do apoio da ORIT, da AFL-CIO e do American Institute for Free Labor Development/Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (AIFLD/IADESIL) que é criado, em 1963, o ICT (Instituto Cultural do Trabalho). Com o objetivo de contrapor a influência comunista no sindicalismo brasileiro, o ICT reuniu, inicialmente, sindicalistas e empresários; e, a partir de 1967, somente sindicalistas (Sindicato dos Telefônicos, Sindicato dos Correios e Sindicato dos Eletricitários do Estado de São Paulo, entre outros). O ICT promoveu diversos cursos de formação sindical, que tinham como foco o papel dos sindicatos na democracia e a negociação coletiva como instrumento de tratamento dos conflitos.¹⁹

Pode-se conferir ao ICT a origem dos cursos de negociação coletiva, comuns até os dias de hoje nas diferentes tendências da educação sindical e que influenciam, decisivamente, a educação sindical, pois a preparação para a mesa de negociação é central no processo educacional do dirigente sindical.

O ICT, depois de atravessar todo o período da ditadura militar, foi incorporado à área de formação sindical da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)²⁰ nos anos 1990. Instituto importante no apoio e na formação das diferentes vertentes do movimento sindical brasileiro, que, historicamente, rivalizaram com o movimento sindical de esquerda, o ICT foi relevante na conformação do atual modelo sindical no Brasil.²¹

A igreja católica, à esquerda e à direita

A Igreja Católica é outra instituição que teve forte influência nos diferentes agrupamentos do movimento sindical e participou ativamente da educação sindical, tanto à direita quanto à esquerda.

Apesar de ser uma instituição poderosa e com pretensa expressão unitária, a Igreja Católica apresentava posições diversas em relação à política, que ficaram evidenciadas em diferentes movimentos. Os grupos ideologicamente alinhados à visão conservadora buscaram influenciar o movimento dos trabalhadores em uma posição mais à direita; enquanto os grupos mais progressistas, em especial os vinculados à Teologia da Libertação, foram importantes para a formação do movimento sindical mais à esquerda do espectro político brasileiro.

Do lado conservador, os Círculos Operários Católicos (CC OO) foram os

19 AMORIM, W. A. C. **A evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras**: um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional. Tese (Doutorado) – FEA-USP, São Paulo, 2007. p. 110-111.

20 A CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) foi fundada em 1986 com o nome de Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em substituição à Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), de 1983. Em 1989, dividiu-se em Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB (nome adotado em 2004) e CGT. A CGT fundiu-se, em 2007, a outras centrais, dando origem à atual União Geral dos Trabalhadores (UGT).

21 Sobre o ICT ler: MANFREDI, S. M. **Educação sindical** – entre o conformismo e a crítica. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

instrumentos com os quais a Igreja buscou influenciar a organização dos trabalhadores ao longo de toda a primeira metade do século XX. A atuação foi centrada em atividades assistenciais e cristãs, os Círculos Operários buscaram difundir uma visão de harmonia entre o capital e o trabalho e, assim, se articularam com a ideologia disseminada pela estrutura sindical oficial, criada pelo Estado Vargas.²²

Era tarefa dos Círculos Operários a formação de um trabalhador cidadão, obediente a Deus e defensor dos valores da família, da caridade e do trabalho. Cabia à Igreja, a justificativa da desigualdade entre os homens e da sociedade hierárquica construída historicamente no Brasil.

Dentre as diretrizes do Congresso Operário Católico de 1937, ficou evidenciada a principal missão dos Círculos Operários Católicos: a “ação intensa na esfera sindical, para que todos os sócios dos CC OO estejam sob o amparo das leis sociais e possam colaborar para a prosperidade dos sindicatos e imprimir-lhes uma orientação construtora”²³.

Organizados, nos municípios, em Círculos Locais; nos estados, em Federações; e, nacionalmente, por meio da Confederação Nacional dos Operários Católicos; os Círculos Operários foram o mais importante instrumento de influência da Igreja no meio operário, na primeira metade do século XX, no Brasil. Em 1964, funcionavam no país 408 círculos, reunidos em 16 federações estaduais, com cerca de 435.000 associados.

Com atuação fortemente vinculada à catequese e com o lema “instruindo, educando, orientando, moralizando”, os Círculos Operários mantinham encontros de formação, tanto para os operários católicos em geral quanto para as lideranças sindicais de origem católica, por meio da Escola de Líderes Operários (ELO), que esteve presente em 12 estados da Federação. Esses cursos buscavam se contrapor às tendências comunistas e trabalhistas, tinham como foco o ideário democrático cristão e, junto com as iniciativas assistenciais e espirituais, foram importantes para a formação do operariado brasileiro.

Com o acirramento das posições políticas nos anos 1960, os Círculos Operários se alinharam às organizações mais conservadoras da Igreja, que apoiaram decisivamente o golpe militar – como a Tradição, Família e Propriedade (TFP) e a Liga das Senhoras Católicas – e foram perdendo espaço junto ao movimento sindical, apesar de manterem ainda forte influência sobre os trabalhadores.

No espectro político, mais alinhadas à esquerda, as tendências progressistas da Igreja Católica participaram de maneira relevante. Como lembra Manfredi²⁴, a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO)

22 MANFREDI, S. M. **Formação sindical** – História de uma prática cultural no Brasil. São Paulo: Escrituras, 1996. p. 93.

23 PEREIRA, G. Z. Movimento Operário Católico: a inversão de escala como possibilidade de análise. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**: Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, 2013. p. 10.

24 MANFREDI. Op. cit, 1996.

tiveram forte atuação no movimento sindical brasileiro.

Oficializada em 1925, na Bélgica, a JOC se organizou como um movimento internacional reconhecido pela Igreja de Roma, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A JOC envolvia religiosos e leigos e buscava a aproximação e a evangelização junto aos grupos de jovens operários; tal qual os Círculos Operários Católicos, se contrapunha ao comunismo, ao liberalismo e ao individualismo, que afastavam a juventude do caminho cristão. Porém, diferentemente dos Círculos Operários, a JOC, no Brasil, buscou o diálogo e a articulação com outros movimentos políticos que atuavam junto ao operariado e mais se aproximou do que concorreu com os movimentos vinculados à esquerda.

Sob influência da encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII, do Concílio Vaticano II e do Pacto das Catacumbas, ACO surgiu em 1962 do encontro entre os operários católicos em geral e os ex-jocistas que, após casados, saíam da JOC. Apresentava uma visão crítica sobre a sociedade, a Igreja, o papel dos católicos e, principalmente, sobre as injustiças sociais.

Com uma ação pastoral que priorizava as atividades nas favelas e nos sindicatos, a ACO se colocou junto aos operários denunciando as injustiças, as perseguições, o desemprego, o arrocho salarial, a fome e a falta de liberdade. Quando a voz dos sindicatos estava silenciada pela repressão, a ACO foi o instrumento de denúncia e de organização dos trabalhadores em prol de sua luta.²⁵

Alinhadas à esquerda católica, a JOC e principalmente a ACO foram expressões das resoluções da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam) de Medellín e da Teologia da Libertação, que buscavam o exercício da fé e propunham a construção de uma igreja que “vê o mundo pelos olhos dos pobres”, “identificando-se com suas necessidades, com seus sofrimentos, demandas e anseios para daí buscar compreender a sociedade e constituir uma nova espiritualidade na esteira das bem aventuranças”²⁶.

Mais do que um movimento isolado, a JOC e a ACO foram parte importante do movimento pastoral que envolveu a juventude, as famílias, os camponeses, os operários e os indígenas, e culminou na criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de organismos vinculados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972 e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975; os quais, de certa forma, alinharam-se às resoluções de Medellín, em busca de uma Igreja do Povo e para o Povo.

25 JESUS, P. S. de. **A cidade de Osasco**: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970). **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 36-373, dez. 2006. p. 366.

26 SYDOW, E.; FREIRE, A. Frei Betto – Biografia. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

Para todos esses movimentos pastorais, o método jocista – *ver, julgar e agir* – foi a forma de conhecer, compreender e intervir na realidade por meio da fé. Como lembra Manfredi²⁷, o *ver* torna o conhecimento dos problemas enfrentados pelo trabalhador em sua vida, nas diversas dimensões (pessoal, familiar, escolar, cultural, política, socioeconômica e religiosa), tarefa do agente pastoral. Para isso, é preciso estar com os trabalhadores e promover o diálogo com o grupo e, assim, buscar a compreensão de seus problemas. Ao conhecer pode-se *julgar*, ou seja, refletir coletivamente sobre os problemas a partir de uma visão cristã que leve ao *agir*. O *agir* é o momento em que o grupo dialoga sobre as propostas de intervenção acerca dos problemas identificados e sobre como a comunidade cristã deve intervir segundo os passos da fé.

É através do método *ver, julgar, agir* que se construiu a prática educativa pela qual a JOC, a ACO e as CDBs influenciaram decisivamente a educação sindical. A JOC organizava atividades educativas diversas, como cursos de formação à família, cursos de alfabetização, trabalho manual, catecismo, entre outros. Além dos cursos, promovia atividades teatrais, coral, excursões, sessões de cinema e assembleias gerais. Com o intuito de atrair os jovens operários para a Igreja, a JOC promovia encontros que possibilitavam a reflexão sobre os problemas e a organização comunitária.

A ACO, que congregava principalmente os trabalhadores católicos mais maduros e casados, tinha como foco o trabalho de base e, ao organizar grupos nas fábricas, em torno dos problemas diretamente relacionados ao trabalho, teve uma atuação mais direta junto às lideranças sindicais. Enquanto a JOC estimulava a reflexão dos jovens operários, a ACO, por meio da pedagogia *ver, julgar, agir*, promovia a formação das lideranças nas fábricas e nos sindicatos, a partir de uma visão crítica de sua realidade. Os encontros para discutir os problemas do mundo do trabalho eram os espaços utilizados para o diálogo sobre a realidade do trabalhador no seu local de trabalho, na sua comunidade e em seu país. Por meio de atividades culturais, festas, cursos de alfabetização e legislação trabalhista, promovidos nas paróquias, os operários pela fé, pelo lazer e/ou pela necessidade, chegavam às reuniões e discutiam a sua vida, os problemas das fábricas e as carências de sua comunidade.

Diversos estudos correram sobre a importância da esquerda católica na organização sindical e em todo o movimento que se denominou “Novo Sindicalismo” e influenciou definitivamente os rumos do Brasil, a partir das grandes greves dos anos 1970-1980. Uma das principais formas para o apoio conquistado foi a educação de lideranças e do trabalhador da base. Para isso, algumas instituições como a Fundação Casa do Trabalhador (FCT), a Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e o Centro de Educação Popular (CEPIS) tiveram atuação destacada.

A FCT foi criada em 1978, em João Monlevade, MG, por um grupo de

27 Op. cit., 1996, p. 99.

trabalhadores vinculados à Igreja. Dela participaram lideranças sindicais e comunitárias e intelectuais vinculados à educação popular, com um raio de atuação que ia de Belo Horizonte à Ipatinga e passava por todo Vale do Aço. A partir de uma concepção de educação segundo a qual o trabalhador construía coletivamente seu saber, de modo a contribuir para a luta e para a organização, a Casa do Trabalhador realizava cursos de capacitação de líderes, discutia a situação socioeconômica e política do país, a história do movimento sindical e social, o direito dos trabalhadores, a condição da mulher, a fé e a política, entre outros temas, que surgiam como necessidade para a compreensão da realidade.

A FASE, criada em 1961, é vinculada diretamente à Cáritas do Brasil e tem como objetivo o desenvolvimento comunitário local. Sua concepção educacional se alterou com as mudanças da Igreja e da política nacional, mas esteve sempre vinculada à ideia de um processo formativo que se realiza pela relação entre o teórico e a ação prática, de modo a contribuir na organização dos grupos comunitários. Com atuação na frente de bairros, na frente rural e na frente sindical urbana, a FASE esteve junto às CEBs, em especial, junto aos movimentos por moradia, educação e saúde; deu apoio a programas com pequenos proprietários rurais e, junto ao movimento sindical, apoiou a formação de lideranças vinculadas à oposição sindical e respaldou iniciativas que viriam a desembocar na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O CEPIS, criado em 1977, dentro do Instituto Sedes Sapientiae²⁸, tem como objetivo a realização de trabalho educativo voltado para as bases populares, com o intuito de fortalecer os movimentos sociais. Surgiu da intersecção teórico-prática da Teologia da Libertação, da pedagogia freiriana e da visão revolucionária marxista, trazida pelos religiosos, intelectuais e militantes da esquerda armada, principalmente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que lá se congregaram. O CEPIS buscou levar a reflexão histórica, econômica e sociológica da realidade brasileira para os trabalhadores, com vistas à construção de um projeto político próprio da classe trabalhadora. Na frente sindical, suas equipes, com destaque para Frei Betto, Paulo Vannuchi e Paulo de Tarso, buscaram a formação e o apoio às novas lideranças, que emergiam nas oposições sindicais metalúrgicas de São Paulo e junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.²⁹

É possível afirmar que a esquerda católica foi o caminho pelo qual a educação popular, tão conhecida e debatida a partir das teorias de Paulo Freire, chegou e influenciou decisivamente a educação sindical; e mantém, até os dias de hoje, significativa relevância nas principais iniciativas educacionais sindicais.

28O Instituto Sedes Sapientiae é um centro multidisciplinar de reflexão, criado em 1975 pela madre Cristina Sodré, cônego da Congregação de Santo Agostinho. Foi referência na luta pelos direitos humanos e contra a ditadura militar.

29 SYDOW; FREIRE, 2016, p. 185-186.

Da educação popular à educação sindical

A educação popular, muito mais que uma tendência pedagógica, é um movimento político que aglutina um conjunto não homogêneo de iniciativas de educação *do, para, pelo e com* o povo. Segundo Hurtado³⁰, é uma corrente de pensamento e ação em construção pelos movimentos populares, que têm uma visão integral comprometida social e politicamente com a ética humanista.

Sua origem está vinculada às lutas da América Latina, na segunda metade do século XX, e tem como marcos a revolução cubana, que apresentou uma alternativa concreta ao capitalismo latino-americano e o Concílio Vaticano II, que colocou a Igreja Católica no caminho do reencontro com os pobres do continente, a partir da Teologia da Libertação. A educação popular é tributária de um conjunto de teorias, como as teorias da marginalidade³¹ e da promoção popular, que procuram explicar historicamente a pobreza estrutural do continente e propõem saídas para sua superação; cresceu como uma voz de denúncia e uma proposta de educação crítica por meio dos movimentos populares no continente.³²

Sua principal referência intelectual são os escritos de Paulo Freire³³, que têm a dialética como pressuposto epistemológico e uma proposta metodológica, pedagógica e didática que parte da ótica dos marginalizados e excluídos e tem como função possibilitar sua libertação.

Segundo Hurtado, é possível identificar como pressupostos da educação popular:³⁴

1 - Posição ética – tem como marco a ética da vida em oposição à ética do mercado e por isso o compromisso com a transformação da sociedade e a superação da desigualdade. Essa é uma postura que não se troca, pois define a visão e a postura do indivíduo perante o mundo.

2 - Marco epistemológico – o fundamento teórico da educação popular é o materialismo histórico-dialético, que compreende o processo de produção do conhecimento como uma construção social permanente, histórica e que se realiza na práxis, ou seja, em sua relação com o mundo; por isso, o processo de educação é também um processo de produção de conhecimento, que ocorre na relação entre o educador e o educando, na relação com o mundo que os

30 HURTADO, C. N. Educación popular: una mirada de conjunto. **Decisio**, n. 10, p. 3-14, ene.-abr. 2005. p. 7.

31 Sobre a teoria da marginalidade ver NUN, José. O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal. *Revista de Ciências Sociais* nº 152, vol. 38, 1999 e *Latin American Perspectives* 27(1), jan 2000. Tradução do espanhol de Alexandre Morales.

32 HURTADO, C. N. Educación popular: una mirada de conjunto. **Decisio**, n. 10, p. 3-14, ene.-abr. 2005. p. 6.

33 No Brasil, diversos intelectuais se dedicaram a formular teoricamente no campo da educação popular: Carlos R. Brandão, João Ricardo Ramalho, Beatriz Costa, Aída Bezerra, Pedro B. Garcia, Vanilda Paiva, Luis Eduardo Wanderley, Frei Betto, Pedro Pontual, Paulo Vannuchi, Silvia Manfredi, Leila Blass, Hamilton Fária, Benedito Carvalho, João Bosco Pinto, Osmar Favero, Celso de Rui Beisiguel, entre outros.

34 HURTADO, C. N. Educación popular: una mirada de conjunto. **Decisio**, n. 10, p. 3-14, ene.-abr. 2005. p. 8-14.

cerca e os desafia.

3 - Proposta metodológica e pedagógica – tem como princípio a relação dialógica e a construção coletiva do conhecimento, na qual educador e educando ensinam e são ensinados em um processo teórico-prático e o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade faz parte desse movimento, que tem como base o diálogo e a prática social. Para a educação popular, o ato de escutar é tão importante quanto o de falar, uma vez que só é possível ao educador oferecer conhecimento se está aberto ao conhecimento dos outros.

4 - Opção política – a opção pelos oprimidos e pela luta contra a desigualdade é para a educação popular um imperativo político. Ao conceber a educação como um ato político, deixa claro que é preciso escolher a quem presta seu serviço, opressores ou oprimidos. Não basta trabalhar para o povo, sua opção moral lhe impõe trabalhar com o povo, no seu processo de luta contra a opressão, por isso é uma opção política.

A influência da educação popular na educação sindical está vinculada à emergência do *novo sindicalismo*, que surge como contraponto à ditadura militar, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Embora o chamado *novo sindicalismo* seja controverso em sua origem e caracterização por sociólogos, cientistas políticos e historiadores³⁵, é consenso que aparece para a sociedade brasileira, a partir das greves de 1978 dos metalúrgicos da região do ABCD paulista, que são ampliadas para outros municípios da Grande São Paulo e para outras categorias nos anos seguintes.

Liderado, em sua maioria, por uma nova geração de sindicalistas não orgânicos ao Partido Comunista, que se contrapunham às direções sindicais legalistas, vinculadas à estrutura sindical oficial, o *novo sindicalismo* avançou para dentro dos principais sindicatos e levou consigo a concepção de organização e educação; que foi estruturada a partir dos movimentos sociais urbanos, surgidos nas franjas da opressão.

Esses movimentos, que se organizaram a partir de diferentes pautas (movimentos de mães, de moradia, de saúde e de bairro, entre outros), tinham em comum a reivindicação do atendimento de necessidades concretas, surgidas de um processo acelerado de industrialização, urbanização e carestia, conduzido pela ditadura militar. Com organização e vinculação política heterogêneas, esses movimentos foram os sujeitos de uma concepção de educação que nasceu com o objetivo de conscientização de sua situação de opressão.

Com atuação em um conjunto de organizações da sociedade civil, como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)³⁶, o Centro

35 Ver: BOITO JR, A.(org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

36 O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) foi criado em 1974 e sediado no Colégio Sion no Rio de Janeiro, com uma proposta ecumênica ampla e o objetivo de apoiar e sistematizar os interesses dos movimentos eclesiais e populares.

João XXIII³⁷, o CEPIS, a FASE, a Escola Sindical DIEESE, entre outros, a educação popular adentrou a formação sindical e, nesse processo, seus fundamentos e práticas questionaram a hegemonia da tradição.

Com a criação da CUT, em 1983, as iniciativas da educação sindical³⁸, vinculadas ao campo da esquerda e, principalmente, ao *novo sindicalismo*, que eram realizadas por meio das organizações populares, convergiram para uma política centralizada e organizada pela Central Sindical.

Ainda que a centralização não significasse homogeneização, ao contrário, acontecia em meio a contradições do próprio projeto de constituição da Central; a partir da segunda metade dos anos 1980, através das estruturas de formação da CUT, consolidou-se uma concepção de educação sindical que pretendia se contrapor “à educação dominante, autoritária, elitista, excludente” e propunha uma “nova prática educacional, gestada e assumida pelos trabalhadores, ligada às múltiplas dimensões da vida cotidiana e tendo como meta um projeto de construção de uma sociedade mais igualitária e democrática”³⁹.

Essa concepção constituiu-se, como é reconhecido em documentos da própria Central⁴⁰, como continuadora da tradição histórica da educação popular, até porque foram os diversos centros de educação, que atuavam junto às entidades sindicais e vieram a compor a CUT que, de certo modo, “forneceram tanto as matrizes para a construção do ideário do projeto como também boa parte dos quadros formadores”⁴¹.

A organização da política de formação foi estruturada com os princípios que orientaram a criação da Central:⁴²

- Democracia, pluralidade e união: cabe à educação sindical propiciar espaço para o diálogo e a reflexão das diferentes correntes, e buscar, dentro da diversidade, a produção da unidade.

- Unidade e descentralização: o que se traduz em atividades formativas orientadas por uma política unificada no que se refere à concepção, objetivos e estratégias, mas descentralizada em sua execução.

- Atuação permanente, processual, planejada e sistemática: o que significa que, embora se reconheça a diversidade de espaços de formação do indivíduo, os processos de formações coletivas devem ser organizados, planejados

37O Centro João XXIII/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES) foi fundado em 1968, vinculado à Igreja Católica, mais especificamente aos jesuítas. Desenvolveu atividades de educação e assessoria para agentes da Pastoral Social e fez parte da rede da CNBB.

38 Muitos dos grupos que atuavam, antes da criação da CUT, na Educação Sindical continuaram sua atuação independente ou em parceria com a Central; porém, suas atuações junto aos diferentes sindicatos filiados à CUT se restringiram e, de certo modo, passaram a ser realizadas em diálogo com a política de formação da Central, com influência recíproca.

39 MANFREDI. Op. cit, 1996, p. 149.

40 Veras faz esta afirmação e indica o seguinte documento: CUT Nacional, **Revista Forma e Conteúdo**, nº 1, fevereiro de 1999. Cf.: VERAS, R. Sindicalismo e formação sindical: novos cenários, novas exigências. **Quaestio Revista de Estudos de Educação**, ano 1, n. 2, p. 49-62, jan. 1999. p. 50.

41 MANFREDI. Op. cit, 1996, p. 148.

42 Ibidem, p. 148-149.

e orientados, de modo a garantir uma atuação coordenada da política de educação sindical.

- Indelegabilidade da tarefa de formação dos dirigentes cutistas: uma vez que a educação é um instrumento fundamental na realização do projeto sindical da Central.

A Educação Sindical Cutista se estruturou por meio da secretaria nacional de formação; das secretarias regionais/locais de formação das CUTs locais; dos departamentos de formação das Federações, Confederações e Sindicatos filiados; dos coletivos de formação; das Escolas Sindicais da CUT; todos articulados por uma Política Nacional de Formação.

Nesse processo de convergência e centralização da formação sindical cutista, é importante reportar à criação do Instituto Cajamar (INCA), em 1986, que emergiu como a materialização do sonho da Universidade do Trabalhador, e constituiu-se como o “primeiro Centro de Educação Popular do Brasil”. O INCA surgiu como uma iniciativa de resposta à demanda de formação de lideranças sindicais e políticas, vinculadas à CUT e ao Partido dos Trabalhadores (PT), e sua viabilização foi resultado de um movimento de militância e cooperação que possibilitou a compra do espaço, a liberação de profissionais vinculados a diversas organizações e a participação de inúmeros voluntários em todas as suas atividades.⁴³

O INCA, que teve Paulo Freire como presidente, congregou as diversas iniciativas de formação de lideranças da esquerda pós-democratização e foi lugar de importantes discussões sobre um projeto político popular para o Brasil. Além disso, reuniu e sintetizou muitas iniciativas de educação popular que ocorriam em várias organizações de diferentes sindicatos, o que colaborou com o processo de articulação da formação sindical, iniciado com a criação da CUT. Em 1993, a Escola Sindical da CUT foi instalada no espaço do Cajamar, o que estabeleceu uma relação contraditória de dependência e autonomia entre as duas estruturas de formação, que permanece até os dias atuais.⁴⁴

A iniciativa do Instituto Cajamar foi reproduzida em Belo Horizonte/MG com a criação, em 1987, da Escola Sete de Outubro, que era uma unidade autônoma e passou a fazer parte da CUT, em 1994. Integram, ainda, a estrutura de Escolas da CUT, a Escola Sul, em Florianópolis/SC (1990); a Escola Nordeste, no Recife/PE (1997); a Escola Centro-Oeste, em Goiânia/GO (1992); a Escola Chico Mendes da Amazônia, em Manaus (1995); e a Escola São Paulo, na capital paulista (1995).

Como referência político-metodológica, a educação sindical cutista se alinhou com a educação popular, ou seja, tem o trabalhador/dirigente como protagonista do processo e propõe-se a “partir do conhecimento já acumula-

43 CAETANO, M. E. **Educação para transformação ou para mudar as algemas de mãos**: um estudo sobre educação e formação no Instituto Cajamar – INCA. Dissertação (Mestrado) – FE Unicamp, Campinas, 1999. p. 19.

44 Ibidem, passim.

do pelos trabalhadores, fazê-los interagir com o saber já sistematizado, sem que um se subordine previamente ao outro, nem que este ou aquele seja desqualificado pela sua origem empírica ou acadêmica, antes levando-se a se viver mutuamente”, segundo Sgreccia et al.⁴⁵

Apesar de não ser objeto deste artigo, cabe aqui destacar que a educação popular, que adentra a educação sindical, em suas múltiplas orientações, foi resignificada e sua metodologia, incorporada à uma longa história de formação de dirigentes no Brasil, que criaram limites à própria proposta.

Joel Zito Araújo, ao analisar um conjunto de atividades formativas, desenvolvidas por entidades sindicais cutistas, que declaravam ter na educação popular sua referência metodológica e prática, conclui que:

As temáticas e os conteúdos desenvolvidos, embora tenham uma forte ligação com as necessidades de ampliação da participação e democratização dos sindicatos, têm como limite a dificuldade de se projetar e organizar atividades relativas ao conhecimento da realidade nacional, correspondentes às tarefas colocadas pelo crescimento da influência do novo sindicalismo na sociedade civil e ao papel de novos sujeitos políticos que os próprios trabalhadores conquistaram. (...) Os cursos dirigidos à base tendem a ficar no nível da constatação deste saber e como consequência é empobrecido o processo de aprendizagem, o conhecimento da realidade e o papel do educador. Já os cursos dirigidos aos quadros tendem a privilegiar a aquisição dos conhecimentos acumulados historicamente sem o necessário confronto com a realidade atual e a prática social da categoria. (...) E, por fim, a redundância na utilização da técnica pedagógica perguntas/debates em grupo/exposição dialógica, não parece dar conta da necessidade de apropriação de novos conhecimentos científicos e políticos, e a sua reflexão e incorporação ao saber oriundo das práticas sociais dos trabalhadores.⁴⁶

Suas conclusões são resultado de pesquisa que realizou em um conjunto de departamentos de formação de sindicatos filiados à CUT e de sua experiência como formador sindical e têm como referência a análise de um conjunto de atividades formativas e dos discursos dos formadores, com ênfase em dois elementos centrais na concepção da educação popular: a experiência vivida como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem e a relação entre o senso comum e o conhecimento historicamente sistematizado.

No que se refere à experiência vivida, sua pesquisa constatou o que muitos que já trabalharam na formação sindical perceberam: a indefinição sobre o que considerar como elemento mobilizador da história dos sujeitos em

45 SGRECCIA, A. et al. Escola sindical 7 de Outubro. Concepção Político-Pedagógica. In: **Revista Forma e Conteúdo**, dez. 1990, nº 3, p. 31.

46 ARAUJO, J. A. **Formação Sindical e o Novo Sindicalismo**. Dissertação (Mestrado) – FE UFMG, Belo Horizonte, 1989. p. 127-129.

processo de aprendizado. Essa indefinição passa por não se estabelecer se o sujeito é o indivíduo ou o coletivo e se o vivido está relacionado com sua história de opressão ou de simples cotidiano e opinião sobre determinado assunto.

Quando a questão é a relação entre o senso comum e o conhecimento historicamente sistematizado, a dificuldade está em melhor definir o que se considera como conhecimento prático e o que se verifica como discurso que encobre a realidade. O mesmo ocorre ao se apresentar o conhecimento científico, pois este se relaciona com as necessidades e perguntas do grupo em sua vivência concreta e avança em relação à educação bancária e ao exercício do poder do conhecimento socialmente legitimado e desejado.

Considerações finais

Compreender a história da formação sindical no Brasil, as propostas pedagógicas e as tendências políticas que a influenciaram em cada fase de alguma forma ajuda a entender as crises vividas atualmente na educação sindical brasileira.

Vivemos um momento de rápidas e profundas mudanças que colocam em questão as diversas práticas que formaram as lideranças dos trabalhadores ao longo de nossa história, porém muito do que se constituiu neste processo vem sendo perdido em um momento que o imediato se sobrepõe a reflexões mais profundas descartando as experiências de outrora.

Quem sabe um reolhar sobre nossos erros e acertos possa contribuir para novas propostas e novas formas de educação reavivando a utopia de que um outro mundo é possível e sua construção passa pela educação da classe pela classe.